



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA**  
**SECRETARIA MUN DE FINANÇAS E ARRECADAÇÃO**  
**ADM. 2021/2024**

**JUSTIFICATIVA DO PREÇO**

**Assunto:** Processo de Inexigibilidade de Licitação, com o objetivo de Contratação da empresa: INSTITUTO SATURNINO BASTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 19.804.976/0001-45  
End. Q ARSO 33, Avenida LO 09 (ACSV SO 33), s/nº, Lote 12, Sala 05 B, Plano diretor Sul, CEP: 77.015-482 Palmas – TO, conforme especificações do Termo de Referência.

A Secretaria Municipal de Finanças e Arrecadação de Aliança do Tocantins – TO, esclarece que, em cumprimento ao Art. 72, Inciso VII, da Lei 14.133/21, declara que o preço da proposta apresentada pelas empresas, é compatível com o praticado no âmbito da Administração Pública.

Em relação a necessidade de pesquisa de preços o TCU já manifestou e recomendou o seguinte:

**“Preço – adequado – referência**

**Nota: o Parâmetro adequado de preço é o praticado no âmbito da Administração Pública, mesmo para contratação direta sem licitação.**

**TCU recomendou: “...faça constar dos processos referentes a contratação por inexigibilidade de licitação a justificativa do preço exigida pelo art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei nº 8.666/93, inclusive com consulta a outros órgãos, de modo a verificar o preço praticado no âmbito da Administração Pública para o mesmo produto ou serviço...”**

O Tribunal de Contas do Distrito Federal, nos Processos de nºs 16.230/05, Decisão 5123/2005 e 26.022/05, Decisão nº 5195/2005, firmou o entendimento no mesmo sentido, conforme abaixo transcrito, *no útil*:

**“Preço – estimativa**

**Nota: o TCDF firmou entendimento no sentido de não ser necessária pesquisa de preços junto aos fornecedores e prestadora de serviços, devendo prevalecer o balizamento de preços entre os praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração.”**

O renomado autor JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES ao comentar o inciso III do art. 26, *in VADE-MÉCUM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS*, 3ª edição revista, atualizada e ampliada, Ed. Fórum, nas págs. 527/528, discorda da exigência de no mínimo três orçamentos ou cotações para justificar o preço contratado e afirma que:

**Nota: “não há amparo legal para essa exigência. O Decreto 449/92 que amparava está expressamente revogado pelo Decreto nº 2.743/98. Além disso, a norma é incompatível com a regra do art. 26, da Lei nº 8.666/93, que estabelece rito próprio para justificar o preço da contratação direta sem licitação, amparado no art. 24, incisos III a XIV, e 25. Como se observa, nesse dispositivo, há obrigatoriedade de justificar o preço, o que pode ser feito**



P.M. ALIANÇA-TO  
FLS. Nº. 56

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA**  
**SECRETARIA MUN DE FINANÇAS E ARRECADAÇÃO**  
**ADM. 2021/2024**

**por consulta a outros órgãos da Administração Pública (analogia ao art. 15, inc. V, da Lei 8.666/93), consulta a banco de dados (como na esfera federal, COMPRASNET) e também pela consulta ao mercado, obtendo-se algumas propostas.** Para o art. 24, incisos I e II, a Lei não exige o que foi recomendado, mas o gestor público tem o dever de demonstrar no processo a legalidade e a regularidade dos atos que pratica – art. 113, da Lei 8.666/93, motivo pelo qual deve também nesses casos justificar o preço”.

No caso, conforme pesquisa realizada, os preços apresentados pelas empresas, é o praticado no âmbito da Administração Pública.

Ademais o valor das propostas está compatível com os valores nas contratações com os entes Públicos Municipais do Estado do Tocantins, conforme documentação em anexo.

Aliança do Tocantins – TO, aos 06 dias do mês de março de 2024.

\_\_\_\_\_  
*Roldley Lima da Silva*  
*Secretário Municipal de Finanças e Arrecadação*